



EDIÇÃO ESPECIAL
PESQUISA CNI-IBOPE

AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF
AVALIAÇÃO DE GOVERNOS ESTADUAIS
MANIFESTAÇÕES POPULARES
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
TRIBUTAÇÃO, DISPONIBILIDADE E USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

JULHO/2013



EDIÇÃO ESPECIAL
PESQUISA CNI-IBOPE



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Presidente: Robson Braga de Andrade

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães

Diretora

DIRETORIA JURÍDICA

Hélio José Ferreira Rocha

Diretor

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

EDIÇÃO ESPECIAL
PESQUISA CNI-IBOPE

AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF
AVALIAÇÃO DE GOVERNOS ESTADUAIS
MANIFESTAÇÕES POPULARES
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
TRIBUTAÇÃO, DISPONIBILIDADE E USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Julho / 2013



Confederação Nacional da Indústria

© 2013. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade – GPC

FICHA CATALOGRÁFICA

C748P

Confederação Nacional da Indústria.

Pesquisa CNI-IBOPE: edição especial. – Brasília : CNI, 2013. 51 p. : il.

ISBN 2317-7012

1. Pesquisa. 2. Avaliação. 3. Recursos Públicos. 4. Manifestações Populares. I. Título.

CDU: 31

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317- 9001

Fax: (61) 3317- 9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

SUMÁRIO

- 1 Principais resultados 9
- 2 Avaliação do governo Dilma Rousseff 13
 - 2.1 Popularidade da presidente Dilma 13
 - 2.2 Avaliação do governo por área de atuação 15
 - 2.3 Noticiário sobre o governo 16
 - 2.4 Problemas e prioridades na visão da população 19
- 3 Avaliação dos governos federal, estaduais e municipais: 11 estados selecionados 22
 - 3.1 Popularidade da presidente Dilma 22
 - 3.2 Popularidade dos governadores de estado 25
 - 3.3 Comparativo presidente Dilma, governadores e prefeito 27
 - 3.4 Avaliação das ações dos estados por áreas específicas 29
- 4 Manifestações populares 30
- 5 Qualidade dos serviços públicos 33
- 6 Tributação, disponibilidade e uso dos recursos públicos 36
- 7 Especificações técnicas da pesquisa 49

1 Principais resultados

Avaliação do governo Dilma Rousseff

- Popularidade da Presidente Dilma cai de maneira significativa entre junho e julho em razão das manifestações populares
 - Percentual da população que avalia o governo como ótimo ou bom recua de 55% para 31%
 - Aprovação da maneira de governar e confiança na presidente caem, ambas, a 45%
- Áreas que o governo tem melhor desempenho: Habitação; Combate à fome e a miséria; e Capacitação Profissional
- Áreas que o governo tem o pior desempenho: Saúde; Segurança pública; e Educação.
- Prioridades para o governo federal: Melhorar os serviços de saúde; Combater a violência e a criminalidade; Combater a corrupção; e Melhorar a qualidade da educação.

Avaliação de governos estaduais

- Governadores mais populares são os dos estados de Pernambuco, Paraná, Ceará e Minas Gerais.
- Governadores menos populares são os dos estados do Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.
- Governadores mais populares são reconhecidos pelas políticas e ações em Educação, Desenvolvimento e crescimento do estado, Geração de empregos, estradas e rodovias.
- Popularidades da Presidente Dilma e dos governadores aparentam ser positivamente correlacionadas.

Manifestações populares

- Apenas 9% dos entrevistados participaram das manifestações e 6% tinham um residente do domicílio que participou.
- 89% dos entrevistados são a favor das manifestações
- As respostas dos governantes e do Congresso Nacional não foram vistas de maneira positiva pela população. Mais de 30% dos entrevistados reprovaram totalmente essas respostas.
- 34% dos entrevistados pretendem participar de novas manifestações.
- As principais reivindicações são: Maiores investimentos em saúde, Contra a corrupção e Mais segurança pública.

Qualidade dos serviços públicos

- De 13 tipos de serviços, nove foram considerados de baixa ou muito baixa qualidade pela maioria da população.
 - O piores avaliados são: Segurança pública; Postos de saúde e hospitais; Transporte público; e Educação fundamental e ensino médio.
- De um modo geral, a população identifica a responsabilidade da cada nível de governo no suprimento dos serviços públicos, mas parcela significativa defende que todos são igualmente responsáveis ou devem ser igualmente cobrados.

Tributação, disponibilidade e uso de recursos públicos

- 53% da população respondem que a maior parte dos impostos vão para o governo federal
- 51% acreditam que o governo estadual precisa da ajuda do governo federal para prover serviços públicos adequados
 - No Rio Grande do Sul, Ceará e Santa Catarina esse percentual é de: 73%, 67% e 58%, respectivamente.
 - No Rio de Janeiro, 60% da população acreditam que o estado tem dinheiro suficiente.
- 62% da população acreditam que a prefeitura precisa da ajuda dos governos federal e estadual para prover serviços públicos adequados
- 85% da população reconhecem que o governo federal ajuda os governos estaduais e municipais, mas cerca de 70% acham que ajuda menos que deveria
- 74% da população acreditam que a presidente e seus ministros, bem como os governadores e seus secretários utilizam mal ou muito mal os recursos públicos
 - No caso dos prefeitos e seus secretários esse percentual é de 70%.
- 87% da população concordam total ou parcialmente com a afirmação de que “o governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos”
- 82% concordam total ou parcialmente que “a baixa qualidade dos serviços públicos deve-se mais à má-utilização dos recursos públicos do que à falta deles”
- 89% discordam total ou parcialmente que “para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos”
- 91% acham que os impostos no Brasil são elevados ou muito elevados
- O imposto que mais afeta o orçamento familiar é o ICMS, opção escolhida por 32% dos entrevistados
- São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, são os estados com o maior percentual de residentes que consideram o ICMS do estado mais elevados que o dos demais estados do Brasil.

2 Avaliação do Governo Dilma Rousseff

2.1 Popularidade da presidente Dilma

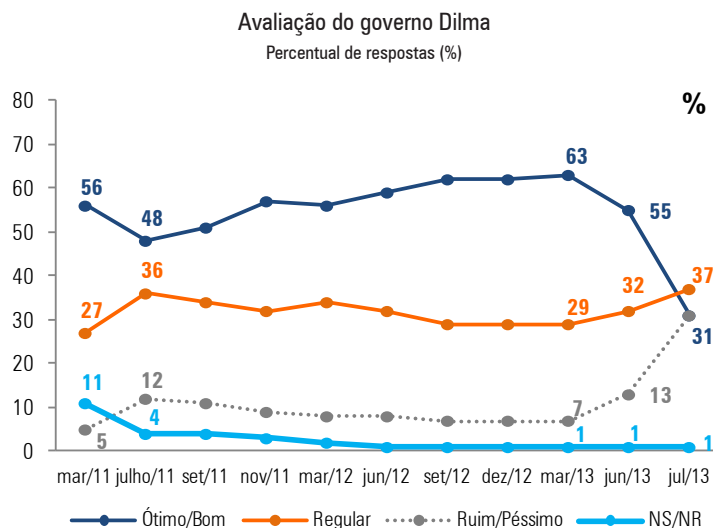
A popularidade da presidente Dilma caiu sensivelmente entre junho e julho como mostram as três medidas de popularidade desta pesquisa. A queda na popularidade, que se iniciou com o crescimento da inflação, como apurado na pesquisa de junho, se intensificou após o início das manifestações públicas que tomaram conta do país a partir da Copa das Confederações.

O percentual da população que avalia o governo como ótimo ou bom recuou 24 pontos percentuais de 55% para 31%, entre junho e julho. Este também é o percentual dos que consideram o governo ruim ou péssimo. Para 37% dos entrevistados, o governo é regular.

A aprovação da maneira de governar da presidente também caiu fortemente, de 71% para 45%. O percentual de respondentes que desaprovam a maneira da presidente governar alcançou 49%, superando o percentual de aprovação.

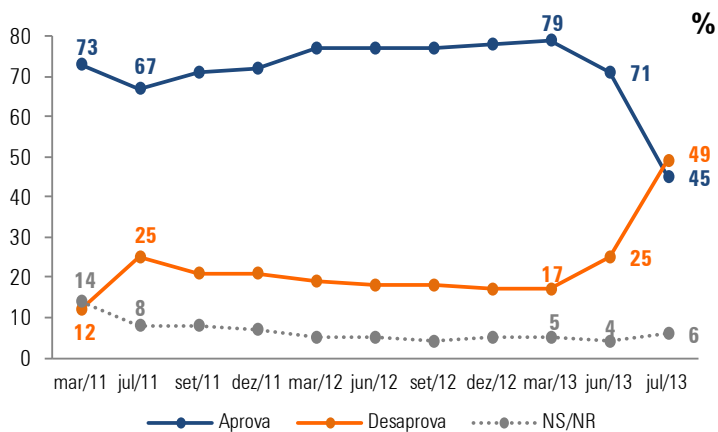
A terceira medida de popularidade – se o eleitor confia ou não na presidente – apresentou o mesmo comportamento dos demais indicadores. O percentual da população que diz confiar na presidente caiu 22 pontos percentuais, de 67% para 45% entre junho e julho. O percentual da população que não confia na presidente subiu de 28% para 50%.

A queda da popularidade da Presidente, também se refletiu na comparação entre seu governo e o do ex-presidente Lula. Pela primeira vez desde o início do atual governo, o percentual que considera que o governo Dilma está sendo pior que o governo Lula é o mais alto dentre as opções apresentadas: 46% em comparação com 25% de junho. O percentual que considera os dois governos iguais caiu de 57% para 42%, enquanto 10% consideram o governo Dilma melhor.



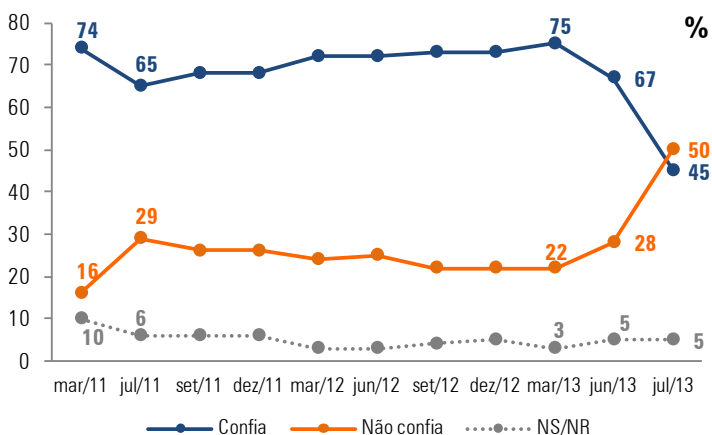
Aprovação da maneira de governar da Presidente Dilma

Percentual de respostas (%)



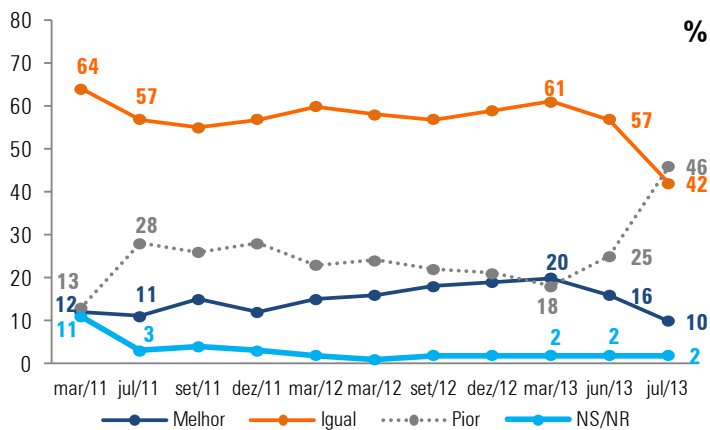
Confiança na Presidente Dilma

Percentual de respostas (%)



Comparação com o governo Lula

Percentual de respostas (%)

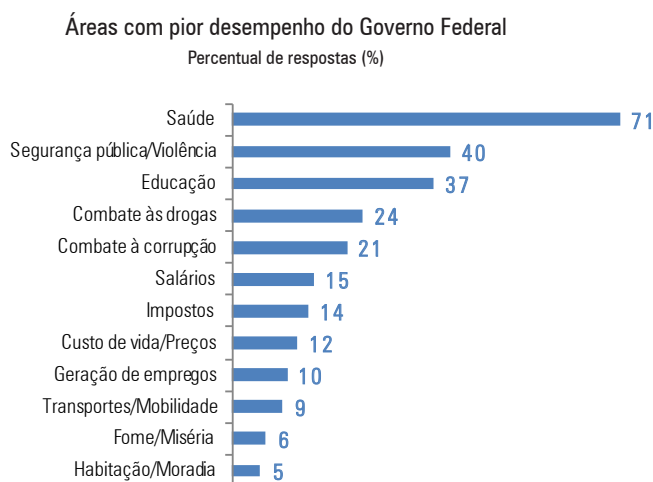


2.2 Avaliação do governo por área de atuação

Segundo a população brasileira, as áreas de atuação que o governo federal vem apresentando os melhores desempenhos são Habitação; Combate à fome e à miséria; Capacitação profissional; Energia elétrica; e Cultura e lazer. De uma lista de 25 áreas, Habitação foi escolhida por 28% dos respondentes como uma das três melhores áreas de atuação do governo. O Combate à fome e à miséria obteve 23% de assinalações.



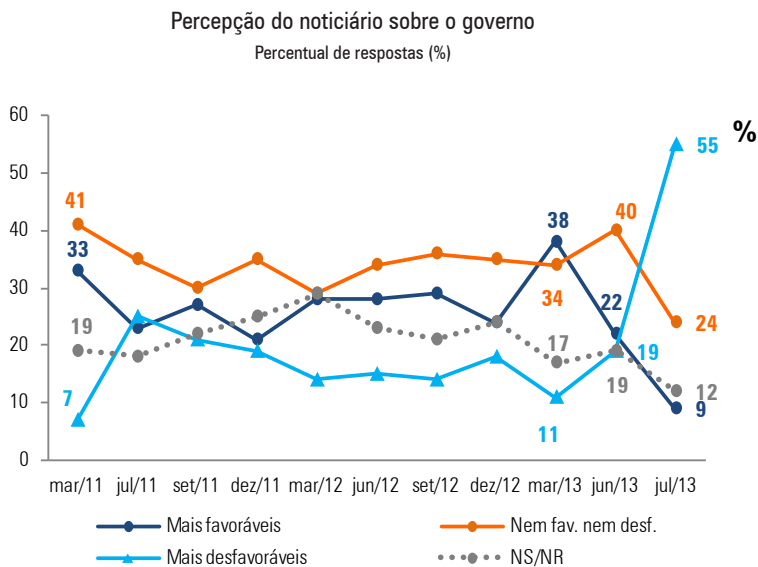
A área com o pior desempenho, na visão da população, é a Saúde. Essa opção foi assinalada, como uma das três de pior desempenho por 71% da população. Em seguida têm-se Segurança pública (com 40%) e Educação (37%). Também aparecem com destaque o Combate às drogas e o Combate à corrupção com, respectivamente, 24% e 21% de assinalações.



2.3 Noticiário sobre o governo

Pela primeira vez desde o início do governo, a maioria da população diz considerar o noticiário recente sobre o governo Dilma desfavorável. Essa percepção é resultado das manifestações populares e suas repercussões que dominaram o noticiário nos últimos dias.

Dentre os entrevistados, 55% acham que as notícias foram mais desfavoráveis ao governo Dilma. Apenas 9% as consideram mais favoráveis.



Assuntos mais lembrados sobre o governo Dilma

A relação das notícias citadas pelos entrevistados indica o papel decisivo das manifestações na queda da popularidade da Presidente. Primeiramente, chama atenção que apenas 24% dos entrevistados não citaram nenhuma notícia sobre o governo. Em geral, esse percentual é superior a 40%.

Os resultados deixam claro que as manifestações foram amplamente divulgadas e atingiram um percentual significativo da população em pouco espaço de tempo. Dentre os entrevistados, 63% citaram pelo menos uma notícia sobre as manifestações e 33% lembraram de notícias sobre as ações do governo ou do Congresso em resposta às manifestações.

Tipo de notícia	Percentual de entrevistados (%)
Manifestações	63
Ações do governo federal	12
Ações dos governos estaduais e municipais	9
Reforma política	8
Popularidade da presidente	6
Ações do Congresso	4
Reuniões políticas	4
Copa das confederações	2
Economia	2
Crise política	2
Corrupção/Mordomia	1
Outros	3
Nenhuma	6
Não sabe/Não respondeu	18

Na lista de notícias mais lembradas pelos entrevistados, é difícil encontrar uma que não seja sobre as manifestações ou uma consequência direta das manifestações. As notícias sobre a copa das confederações não relacionadas explicitamente com as manifestações foram citadas por 2% dos entrevistados. Alta da inflação também foram lembradas por 2%.

Notícia	Percentual de entrevistados (%)
Notícias sobre manifestações pelo Brasil (s/especificar)	28
Notícias sobre manifestações contra o aumento do ônibus	17
Notícias sobre manifestações contra a corrupção	12
Notícias sobre manifestações contra a Copa das Confederações/ do Mundo	9
Redução das tarifas de ônibus/ metrô/ trem	9
Notícias sobre manifestações dos médicos	6
Dilma anuncia contratação de médicos estrangeiros/ médicos cubanos	6
Notícias sobre vandalismo/violência de participantes durante as manifestações	5
Notícias sobre o Plebiscito/ sobre a Reforma Política (s/especificar)	5
Notícias sobre manifestações contra a PEC 37	4
Pronunciamento da Presidente Dilma em Rede Nacional, em resposta às manifestações (s/especificar)	4
Queda da popularidade/ da aprovação da Presidente Dilma	4
Congresso arquiva a PEC 37	3
Presidente Dilma é vaiada na abertura da Copa das Confederações	3
Notícias sobre manifestações contra Feliciano/ contra a Cura Gay	2
Notícias sobre manifestações dos caminhoneiros/ nas estradas	2
Notícias sobre ação violenta da polícia durante as manifestações	2
Reunião de Dilma com governadores e prefeitos	2
Reunião de Dilma com o Movimento Passe Livre	2
Plebiscito é adiado / Partidos aliados dizem não à Dilma e plebiscito é adiado	2
Crise no Governo Dilma / Crise no Governo Federal	2
Notícias sobre a Copa das Confederações (s/especificar)	2
Alta da inflação/ alta dos preços	2
Dilma anuncia criação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana	1
Dilma anuncia destinação para royalties do petróleo para educação	1
Reunião de Dilma com movimentos sociais (s/ especificar)	1
Presidente Dilma Rousseff anuncia realização de plebiscito para Reforma Política	1
Aprovação relâmpago de vários projetos parados no Congresso	1
Projeto sobre a Cura Gay é arquivado	1
Seleção Brasileira vence a Copa das Confederações	1
Uso de jatinho da FAB pelo Presidente do Senado para ir a casamento	1
Outros com menos de 1%	3
Nenhuma	6
Não sabe/ Não respondeu	18

2.4 Problemas e prioridades na visão da população

De uma relação com 25 opções, os entrevistados selecionaram os três principais problemas do Brasil. Para a população brasileira, o principal problema é, de longe, a Saúde. Essa opção foi assinalada por 77% dos entrevistados.

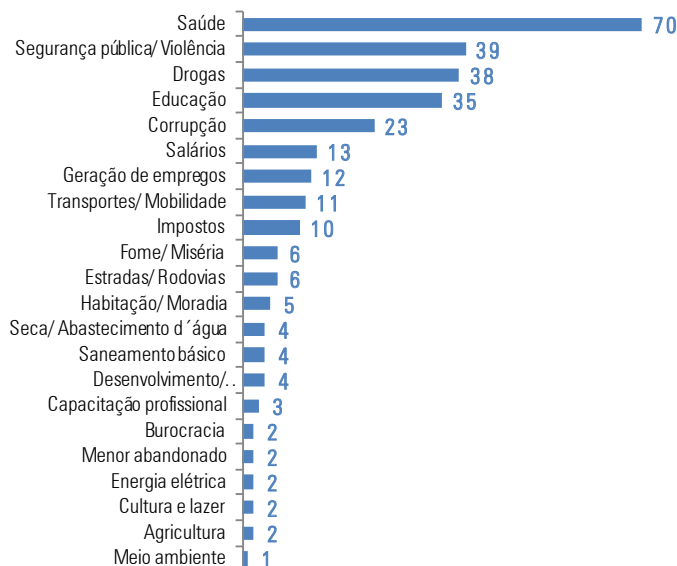
Na sequência têm-se, educação (com 39%), segurança pública/violência (38%), drogas (29%) e corrupção (27%).



Com relação aos principais problemas do estado de residência do entrevistado, de uma lista de 22 opções, os cinco primeiros são os mesmos selecionados no caso do Brasil. Cabe ressaltar a troca de posição entre educação e segurança pública/violência e drogas. Educação cai do segundo para o quarto lugar com 35% de assinalações. Segurança pública/violência assume o segundo lugar com 39% e drogas o terceiro com 38%.

Principais problemas do Estado

Percentual de respostas (%)



Ao nível municipal, com uma lista de 19 opções focadas em problemas locais, as opções saúde-segurança pública-educação também aparecem no primeiro grupo com, respectivamente, 59%, 43% e 32% de assinalações. Transporte coletivo/mobilidade, geração de emprego e calçamento de ruas e avenidas aparecem empatados em quarto lugar com 19% de assinalações.

Principais problemas do Município

Percentual de respostas (%)



As escolhas da população para as prioridades do governo federal mostram correspondências com os principais problemas. Dentre os entrevistados, 58% apontam os serviços de saúde como uma das três prioridades para o governo. Em segundo lugar tem-se combater a violência e a criminalidade, com 32%. Educação, outro componente dos três principais problemas, aparece tecnicamente empatada com combate à corrupção, cada um com, respectivamente, 27% e 28% de assinalações.

Prioridades para o Governo Federal

Percentual de respostas (%)



3 Avaliação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais: 11 estados selecionados

3.1 Popularidade da Presidente Dilma

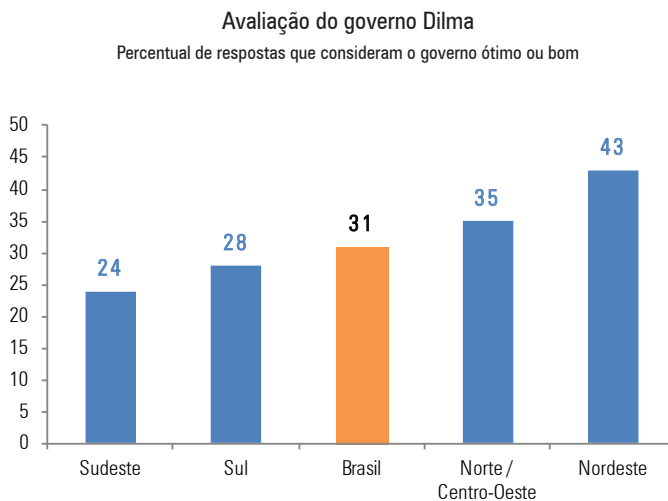
Regiões Geográficas

A popularidade da Presidente Dilma é mais elevada nas Regiões Nordeste e no Norte/Centro-Oeste. A região onde a Presidente tem os menores indicadores de popularidade é a Sudeste.

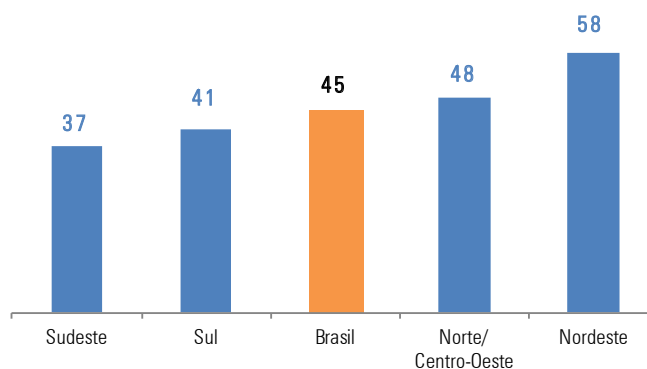
O percentual de respondentes que avaliam o governo Dilma ótimo ou bom no Nordeste é 43%, 12 pontos percentuais acima da média nacional. Na Região Sudeste, o percentual cai a 24%.

Os demais indicadores – Avaliação da maneira de governar e Confiança na Presidente – apresentam resultados similares. Na Região Nordeste, mais de metade da população (58%) aprova a maneira de governar da Presidente Dilma. Esse percentual cai para 37% na Região Sudeste.

No que diz respeito à confiança na Presidente, na Região Nordeste e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a maioria da população confia na Presidente: 56% e 51% das marcações de resposta, respectivamente.

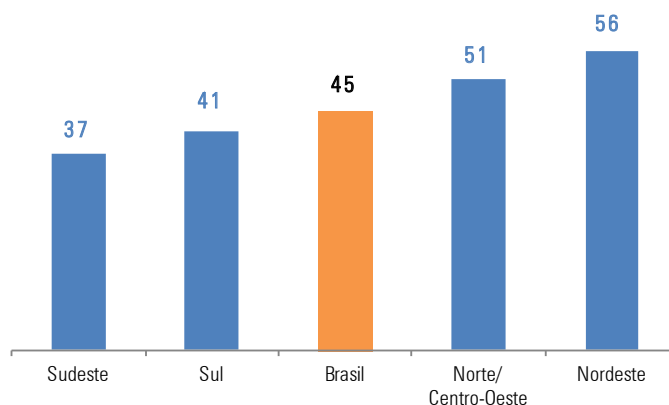


Aprovação da maneira de governar da presidente Dilma
Percentual de respostas que aprovam



Confiança na presidente Dilma

Percentual de respostas que confiam



Estados selecionados

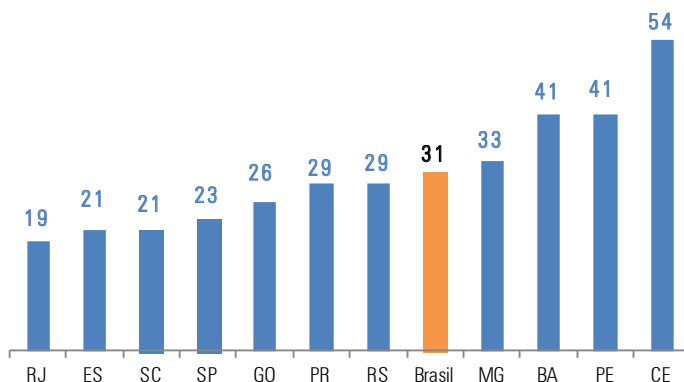
Considerando os 11 estados selecionados (BA, CE, ES, GO, MG, PE, PR, RJ, RS, SC e SP), verifica-se que a maioria da população cearense (54%) considera o governo Dilma ótimo ou bom. Na Bahia e Pernambuco, o percentual é de 41% e completando os quatro estados com avaliação melhor que a média nacional tem-se Minas Gerais com 33%. Os estados onde o governo Dilma recebe as piores avaliações são: Rio de Janeiro com 19% de ótimo ou bom, Espírito Santo e Santa Catarina, ambos com 21% de ótimo ou bom.

No quesito maneira de governar, o percentual de aprovação chega a 70% no Ceará, 58% em Pernambuco e 54% na Bahia. Os estados com menores percentuais que aprovam a maneira de governar da presidente Dilma são São Paulo (33%), Espírito Santo (34%) e Santa Catarina (35%).

A população do Ceará também é a que mais confia na presidente dentre os 11 estados selecionados: 69%. A confiança também supera 50% em Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. O percentual de entrevistados que confiam na Presidente é menor nos estados de São Paulo (33%), Santa Catarina (34%) e Paraná (35%).

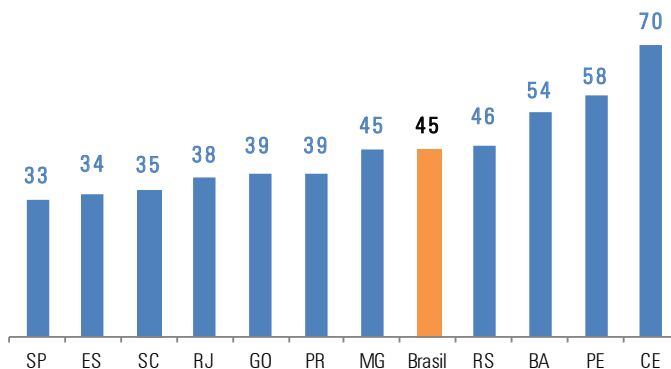
Avaliação do governo Dilma

Percentual de respostas que consideram o governo ótimo ou bom



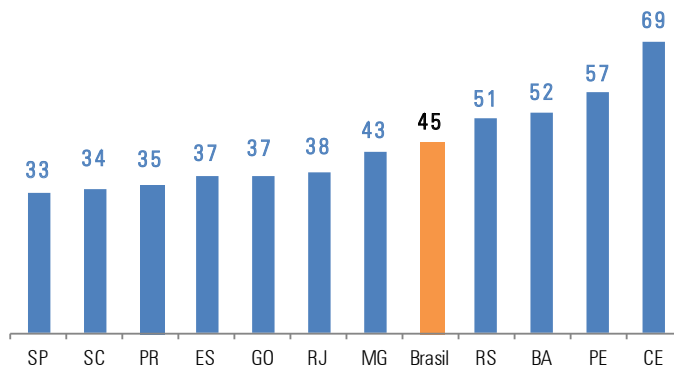
Aprovação da maneira de governar da presidente Dilma

Percentual de respostas que aprovam



Confiança na presidente Dilma

Percentual de respostas que confiam



3.2 Popularidade dos Governadores de Estado

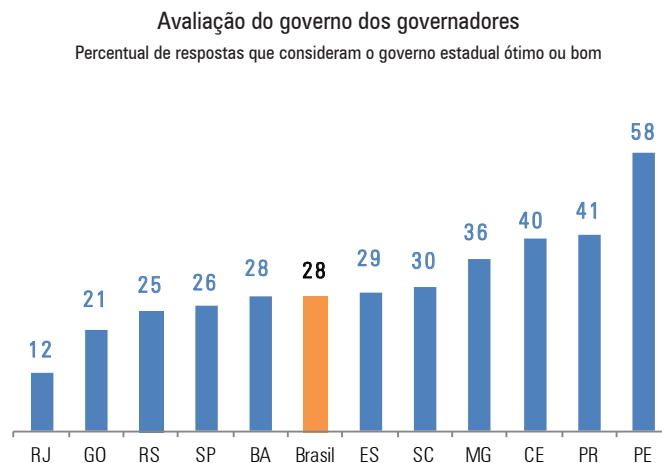
Os entrevistados também avaliaram os governadores de seus respectivos estados. Dentre os 11 estados cujos resultados apresentam margem de erro inferior a 4%, os governadores mais populares são os dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraná e Minas Gerais. No outro extremo – menor popularidade – têm-se Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.

Na média nacional, 28% da população brasileira considera o governo do(a) governador(a) de seu estado ótimo ou bom. O governo de Pernambuco é considerado ótimo ou bom por 58% da população do estado. No Paraná, o percentual é de 41%, no Ceará de 40% e em Minas Gerais de 36%. No Rio de Janeiro, apenas 12% da população considera o governo ótimo ou bom. Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo vem a seguir no ranking dos piores avaliados, com 21%, 25% e 26%, respectivamente.

Na avaliação da maneira de governar do(a) Governador(a) de seu estado, a média nacional de aprovação é de 42%. Dentre os 11 estados considerados, apenas Rio de Janeiro (com 29%), Goiás (34%) e São Paulo (40%) estão abaixo dessa média. O governador de Pernambuco lidera com folga, com 76% de aprovação, seguido pelos governadores do Ceará (54%), Paraná (52%) e Minas Gerais (50%).

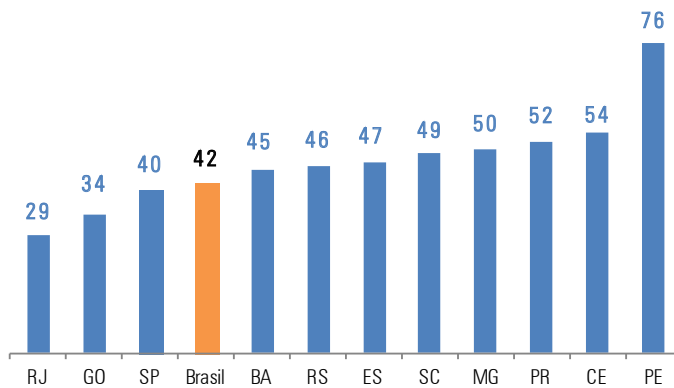
O governador de Pernambuco é o que mais inspira confiança entre seus eleitores: 68% da população do estado confia no governador. Esse percentual cai a 53% no Ceará e 49% em Minas Gerais. No outro extremo têm-se Rio de Janeiro (25%), Goiás (29%) e São Paulo (34%). A média nacional é 38%.

Cabe ressaltar a situação do Rio Grande do Sul, o terceiro estado dentre aqueles com os piores percentuais de ótimo ou bom na avaliação do governo, mas o quarto com o melhor percentual da população que confia no governador.



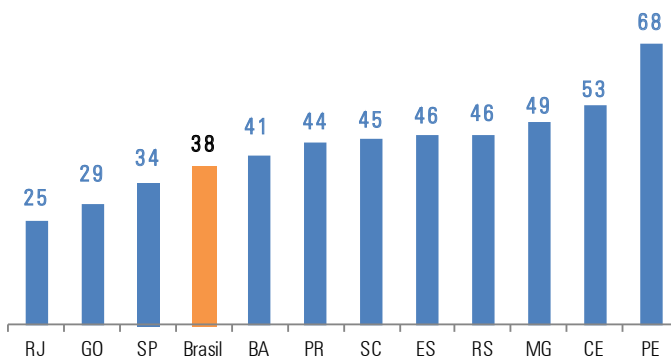
Aprovação da maneira de governar do(a) governador(a)

Percentual de respostas que aprovam



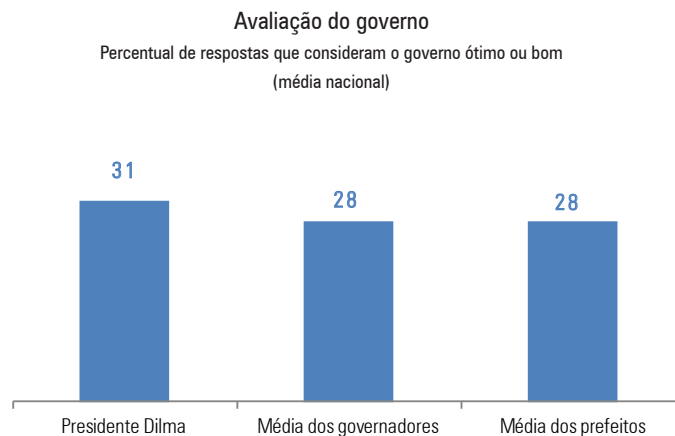
Confiança no governador

Percentual de respostas que confiam



3.3 Comparativo Presidente Dilma, Governadores e Prefeito

A popularidade média dos governadores e dos prefeitos é similar à da Presidente Dilma. O percentual da população que considera o governo da Presidente Dilma ótimo e bom é tecnicamente igual ao dos que acham os governos estaduais e municipais ótimo e bom. A diferença de 3 pontos percentuais a favor da Presidente está dentro da margem de erro da pesquisa.



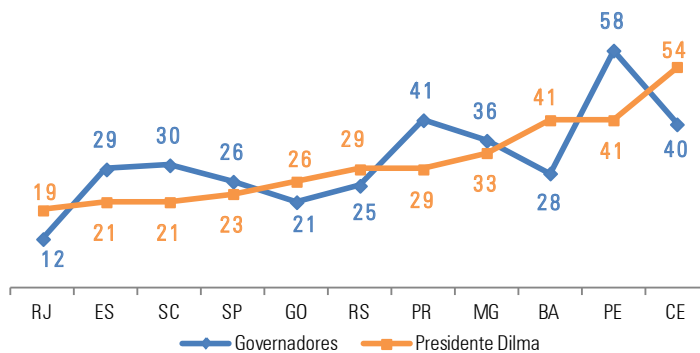
Ao se comparar a avaliação da Presidente e dos governadores pela população dos respectivos estados, percebe-se uma relativa correlação entre ambas. De um modo geral, nos estados em que os governadores são melhores avaliados, a Presidente também é melhor avaliada, independente do partido político do governador. Isso sugere que os resultados positivos ou negativos que a população do estado percebe é creditado tanto ao governador como à Presidente.

Ainda assim, em alguns estados há uma diferença significativa entre a popularidade da Presidente e do respectivo governador. Dos 11 estados avaliados, o percentual de ótimo ou bom com relação ao governo Dilma é superior ao percentual com relação ao governo estadual nos estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio de Janeiro. Cabe destacar o Ceará, onde o percentual da Presidente (54%) é 14 pontos percentuais (p.p.) superior ao do governador e a Bahia, onde é 13 p.p. superior.

Nos estados onde a avaliação do governo Dilma é pior que do governo estadual, os destaques são Pernambuco, com 58% para o governo estadual e 41% para o governo federal, e Paraná com diferença de 12 p.p.

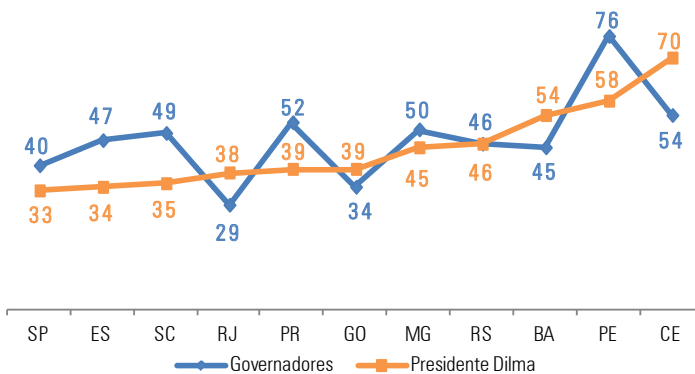
Avaliação do governo

Percentual de respostas que consideram o governo ótimo ou bom



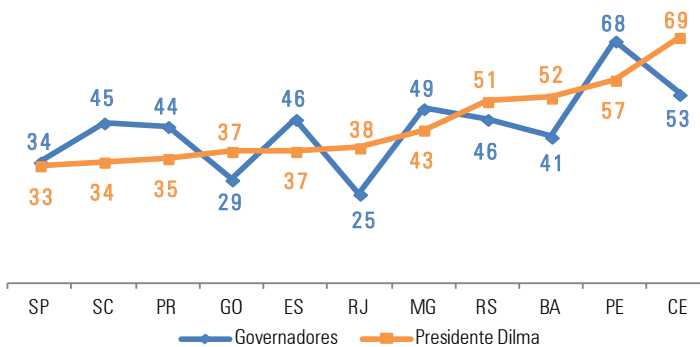
Aprovação da maneira de governar

Percentual de respostas que aprovam



Confiança

Percentual de respostas que confiam na presidente ou governador



3.4 Avaliação das ações dos estados por áreas específicas

Na média nacional, as três melhores áreas de atuação dos governos estaduais são: Capacitação profissional; Habitação e moradia; e Cultura e lazer. Todas incluídas nas cinco melhores áreas de atuação do governo federal. Combate à fome, a segunda melhor política do governo federal não aparece com destaque nas áreas de melhor atuação dos governos estaduais. Energia elétrica é a quarta mais citada tanto com relação ao governo federal como com relação aos governos estaduais como um todo.

Considerando os 11 estados selecionados, aquele com o governador mais popular – Pernambuco – destaca-se em Capacitação Profissional, Educação e Geração de Empregos.

Outro governo que se destaca na área de educação é o do estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro se destaca na área de segurança pública, mas esse desempenho não foi o suficiente para elevar a popularidade do governador. Nenhum outro estado se destaca em uma das três áreas prioritárias para a população (saúde, segurança pública e educação).

O governador do estado do Ceará, que está entre os três mais populares, se destaca nas ações para o Desenvolvimento e crescimento do estado, além de Estradas/rodovias e Cultura e lazer. O governo do Paraná, outro estado em que o governador está entre os mais populares, também se destaca em Desenvolvimento e crescimento do estado, empatado em terceiro lugar com Geração de emprego, além de Agricultura e Habitação.

Seis dos 11 estados se destacam em capacitação profissional. Cinco se destacam em Agricultura, igual número dos que se destacam em Habitação e moradia.

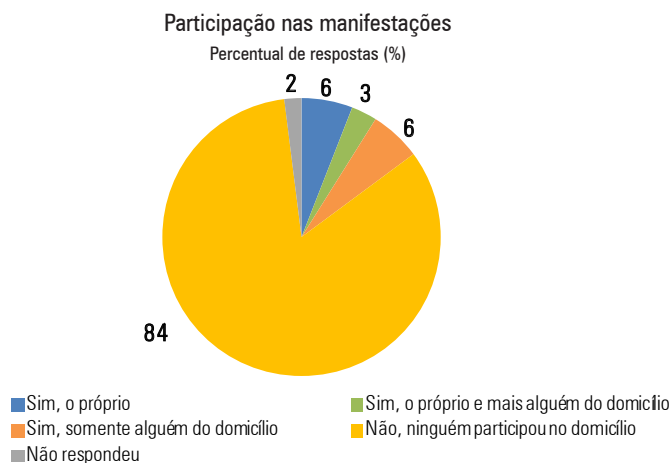
No outro extremo, nas áreas de pior desempenho dos estados, a trinca saúde-segurança pública-educação aparece em destaque. Praticamente todos os estados são criticados por suas ações – ou falta de ações – nessas áreas. Elas só não estão entre as três principais em Goiás e Pernambuco, onde em ambos os estados educação aparece em quarto lugar e combate às drogas em terceiro, embora saúde e segurança pública continuem em primeiro e segundo, respectivamente.

Cabe ressaltar o caso do estado do Rio de Janeiro, onde a população reconhece a ação na área de segurança pública – está entre as três mais elogiadas –, mas também a inclui entre as três com piores atuação.

4 Manifestações populares

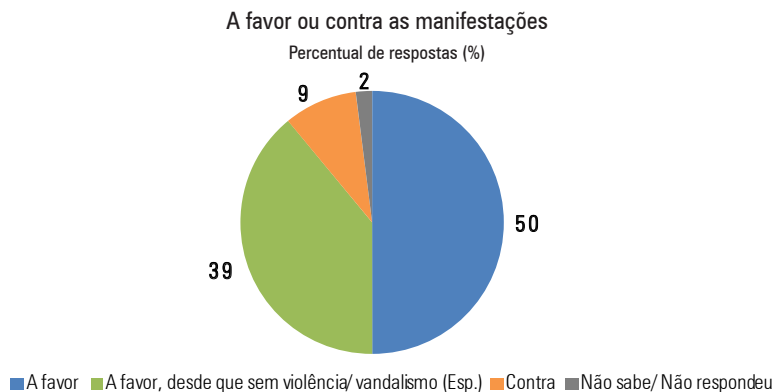
Dentre os entrevistados, 84% não participaram, nem tiveram um residente no domicílio que tenha participado das manifestações populares. Apenas 9% dos respondentes participaram das manifestações e 6% responderam que algum residente no domicílio participou.

Na faixa etária de 16 a 24 anos, 12% responderam que foram às manifestações, percentual que cai para 3% entre os com 50 anos ou mais. A participação também é maior à medida que se aumenta o nível de instrução e a renda familiar do entrevistado.



Ainda que o percentual da população que participou das manifestações tenha sido pequeno, 89% se posicionam a favor das manifestações, sendo que 39% ressaltaram, espontaneamente (não era uma das opções de resposta apresentada), que são a favor desde que sem violência.

Apenas 9% da população se posicionam contra as manifestações. Quanto maior a idade do entrevistado, mais alto o percentual de marcações contra as manifestações. Entre os com 50 anos ou mais, 15% são contras. A posição contrária também é maior entre os com menor grau de instrução (17% entre os com até a 4ª série do fundamental) e menor nível de renda familiar (16% entre os com até um salário mínimo). Na Região Nordeste e no conjunto das Regiões Norte e Centro-Oeste, os percentuais dos que são contra as manifestações são 12% e 11%, respectivamente.



A avaliação da atuação dos governos e do Congresso em resposta às manifestações não foi positiva. Mais de 30% da população desaprova totalmente as ações dos três níveis de governo (presidente, governador e prefeito) e do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados).

Transformando a avaliação em uma escala de 0 a 10 (considerando apenas as respostas válidas), a presidente Dilma recebe a maior nota média: 4,0. A Câmara dos Deputados tem a pior nota: 2,8.

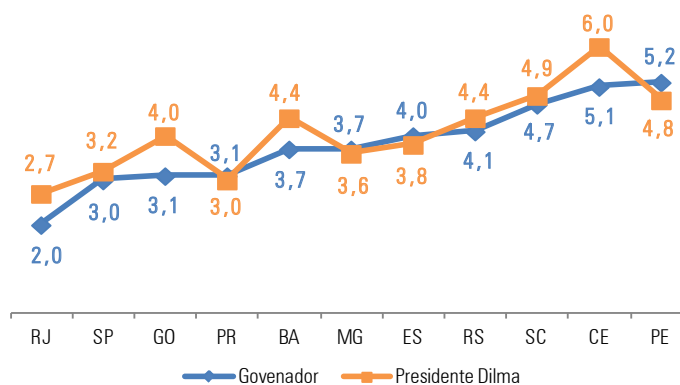
Considerando as notas às respostas dos governadores dos 11 estados selecionados, verifica-se que os governadores com as menores notas são os dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Paraná. Os governadores de Pernambuco e Ceará obtiveram nota acima de 5,0. No Ceará a Presidente Dilma obteve nota 6,0, sua melhor avaliação entre os 11 estados selecionados.

Avaliação das respostas às manifestações
Percentual de respostas (%)

Poder Público	Nota média*	Desaprova totalmente				Aprova totalmente		NR
		0	2,5	5	7,5	10		
Presidente Dilma	4,0	31	15	21	13	14	7	
Governador de seu estado	3,6	32	16	21	11	9	8	
Prefeito de sua cidade	3,7	31	16	22	11	10	10	
Senado Federal	3,0	37	18	19	7	7	12	
Câmara dos Deputados	2,8	39	17	17	7	7	12	

*Nota média: Média ponderada pelos percentuais de resposta. A nota varia de 0 a 10

Avaliação das respostas às manifestações
Nota média de uma escala de 0 a 10



Dentre os entrevistados, 34% afirmam que pretendem participar caso haja novas manifestações. O percentual não varia significativamente entre as regiões do país, mas é maior entre os mais jovens: 48% dos entrevistados com 16 a 24 anos.

O principal motivo que faria a população participar das manifestações é obter mais investimentos em saúde (apontado por 43% dos entrevistados). Outras razões seriam: contra a corrupção (35%), mais segurança pública (20%) e contra a inflação (16%).

Principal motivo que faria o respondente participar de novas manifestações
Percentual de respostas (%)

Motivo	Percentual de entrevistados (%)
Maiores investimentos em saúde	43
Contra a corrupção	35
Falta de segurança pública (roubos, assaltos, mortes, etc.)	20
Contra a inflação	16
Melhorias nos serviços públicos	14
Maiores investimentos em educação	14
Contra os políticos em geral	14
Pela melhoria da qualidade do transporte público	11
Para gratuidade do transporte público	6
Contra a violência policial contra as manifestações	6
Contra a Fifa/ Copa no Brasil	6
Reforma política	5
Contra os governos em geral	5
Contra o Governo Federal/Presidente da República	4
Contra as empresas de ônibus	4
Contra os partidos políticos	3
Contra a Prefeitura/Prefeito da Cidade	3
Contra o Governo Estadual/Governador	2
Redução da jornada de trabalho	2
Baixar os impostos	1
Aumento do salário mínimo	1
Geração de empregos	1
Outros com menos de 1%	2
Nada faria participar	2
Não sabe/Não respondeu	19

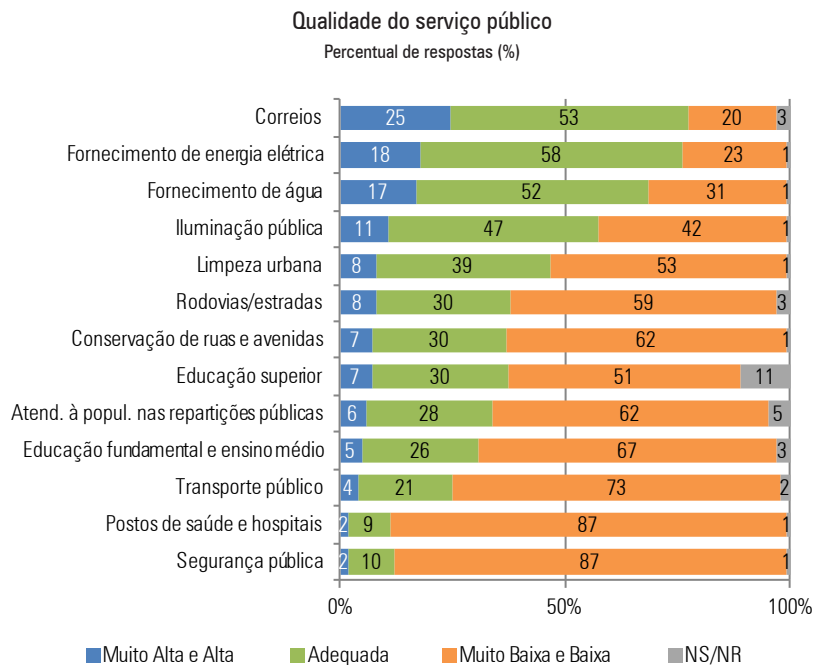
Nota: Os entrevistados informaram, espontaneamente, até três motivos.

5 Qualidade dos serviços públicos

Maioria dos serviços públicos é considerada de baixa qualidade

Dos 13 tipos de serviços públicos avaliados, a maioria da população avalia como pelo menos adequado quatro: correios, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e Iluminação Pública. Todos os demais têm um percentual de entrevistados que consideram a qualidade do serviço baixa ou muito baixa superior a 50%.

Os serviços com pior avaliação são segurança pública e postos de saúde e hospitais, ambos considerados de baixa ou muito baixa qualidade por 87% dos entrevistados. Transporte público aparece em seguida com um percentual de 73% de baixa ou muito baixa qualidade e educação fundamental e ensino médio com 67% de baixa ou muito baixa.



Em pesquisa realizada pela CNI em 2011, os mesmos serviços públicos foram avaliados pela população brasileira – exceção apenas dos correios. No geral, não houve alteração significativa nos resultados. Destaque apenas para Educação superior, que na comparação do *ranking*, excluindo os correios, saiu do quinto lugar em 2011 para o sétimo em 2013.

Em praticamente todos os serviços, o percentual de respostas em baixo ou muito baixo, atribuído à qualidade dos serviços, aumentou de 2011 para 2013 – exceção apenas para o fornecimento de água, que caiu de 34% para 31%. Destacam os resultados para transporte público

que aumentou em 18 pontos percentuais (p.p.) as marcações em baixo ou muito baixo em 2013 comparativamente à 2011; e segurança pública que aumentou em 16 p.p..

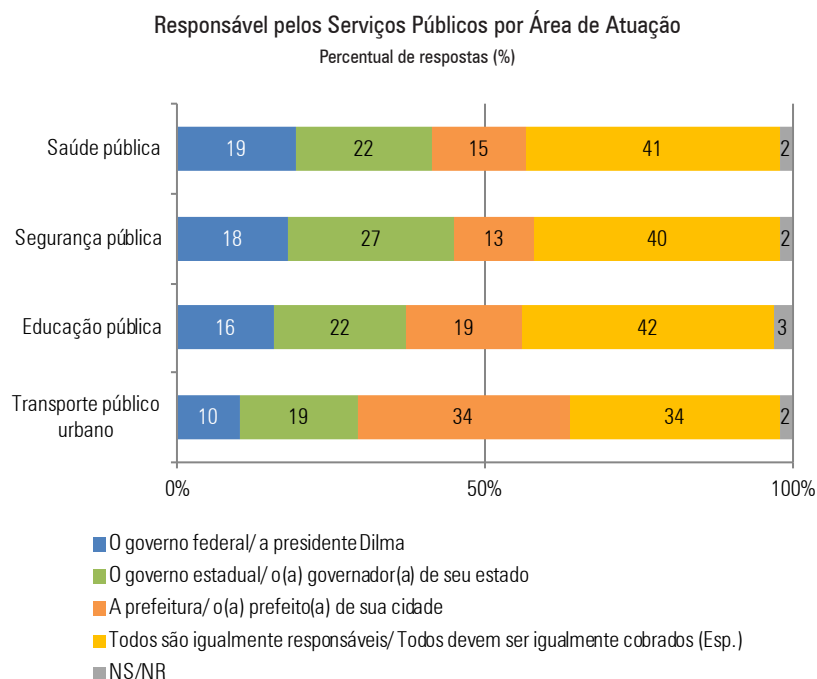
Parcela considerável da população acredita que governo federal, estados e municípios sejam igualmente responsáveis pelo suprimento de serviços públicos

O federalismo no Brasil e a divisão de responsabilidade dos serviços públicos entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) gera alguma dificuldade para a população identificar o governo responsável pelo serviço em questão.

Considerando os quatro serviços que mais preocupam a população brasileira, cerca de 40% responderam, espontaneamente, que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis para os casos de saúde, segurança e educação, ou que todos devem ser igualmente cobrados.

Para educação, a segunda maior escolha recaiu sobre o governo estadual (22%), seguido pelo municipal (19%) e federal (16%). No caso da saúde, 22% colocam a responsabilidade no governo estadual, 19% no governo federal e 15% no municipal. Com relação à segurança pública, cresce o percentual que responsabiliza o governo estadual (27%). Governo federal e municipal ficam com 18% e 13%, respectivamente.

No caso de transporte público urbano, a responsabilidade maior é creditada ao governo municipal (34%), mesmo percentual apontou que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis de governo. O governo estadual foi escolhido por 19% e o federal por 10%.



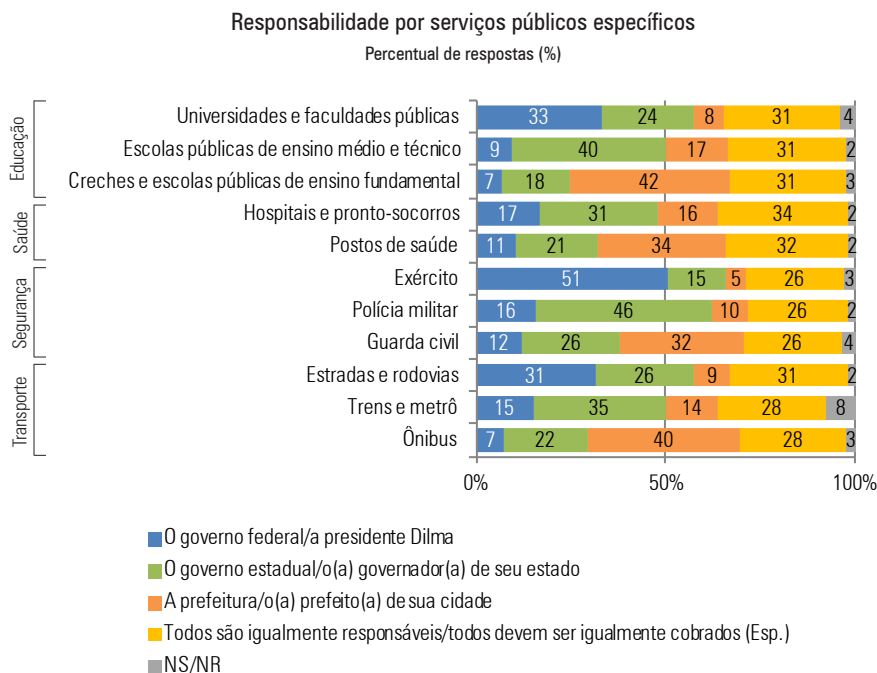
Ao se avaliar os mesmos quatro tipos de serviços, mas com um detalhamento mais específico, percebe-se que a população, de um modo geral, consegue identificar a instância governamental responsável. Cabe ressaltar, contudo, que independente do serviço, parcela significativa da população (de 26% a 34%) considera que os serviços são de responsabilidade dos três níveis de governo.

Na educação, no que concerne a creches e ensino fundamental, 42% responsabilizam o governo municipal. No caso das escolas de ensino médio e técnico, 40% escolheram o governo estadual e no caso das universidades, 33% responsabilizam o governo federal e 24% o estadual. Em todos esses três casos, 31% acham que a responsabilidade é dividida igualmente entre os três níveis de governo (escolha espontânea, ou seja, não era uma das opções de resposta).

Na área de saúde, 34% responsabilizam o governo municipal pelos postos de saúde, com 21% responsabilizando o governo estadual. No caso de hospitais e pronto socorros, têm-se 31% afirmando que o maior responsável é o governo estadual, 17% o governo federal e 16% o municipal.

Na área de segurança pública, a guarda civil é considerada de responsabilidade da prefeitura por 32% dos entrevistados e do governo estadual por 26%. A polícia militar é considerada de responsabilidade do estado por 46% dos entrevistados e o exército do governo federal por 51%.

Com relação ao transporte, para 40% o governo municipal é o responsável pelos ônibus. No caso de trens e metrô, o estado é escolhido por 35%. O governo federal é escolhido por 31% quanto o tema é estradas e rodovias, sendo que 26% escolheram o estado.



6 Tributação, disponibilidade e uso dos recursos públicos

População acredita que maior parte dos impostos vai para o governo federal

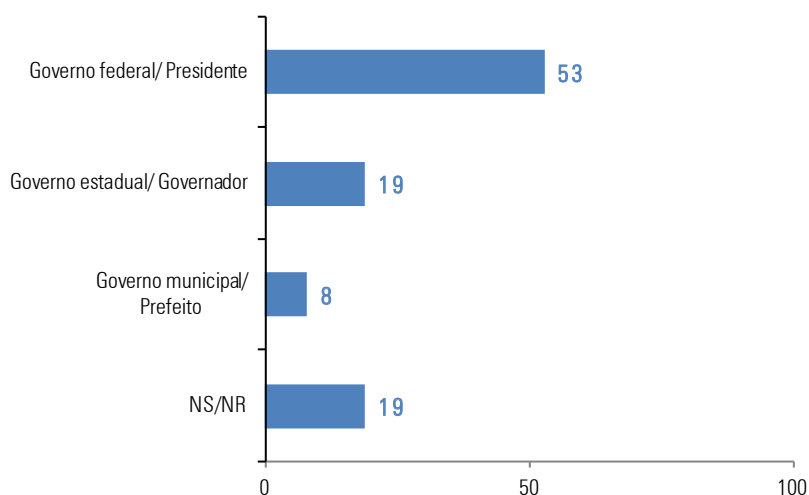
Para mais da metade da população (53%), a maior parte dos impostos pagos pela população vai para o governo federal. Para 19%, a maior parte vai para os estados e o mesmo percentual não quis ou não soube responder.

A proporção dos entrevistados que acreditam que a maior parte dos recursos arrecadados vai para o governo federal cresce à medida que se aumenta o grau de instrução do respondente. De 46% entre os com até a 4ª série do ensino fundamental para 63% entre os com curso superior. Cabe ressaltar, no entanto, que isso ocorre apenas porque o percentual de não resposta aumenta com a redução do grau de instrução.

Na Região Sul, o percentual dos que acreditam que a maior parte vai para o governo federal é maior (58%). Considerando os 11 estados selecionados, em Pernambuco o percentual sobe para 67%. No Paraná também é elevado: 60%.

Em Minas Gerais, o percentual dos que acreditam que a maior parte dos impostos vai para o governo federal cai para 47%. Todavia, esse resultado é influenciado pelo aumento do percentual dos que acreditam que a maior parte vai para o governo estadual (21%) e pelo maior percentual de não resposta (23%).

Percepção sobre qual esfera de governo arrecada a maior parte dos impostos
Percentual de respostas (%)



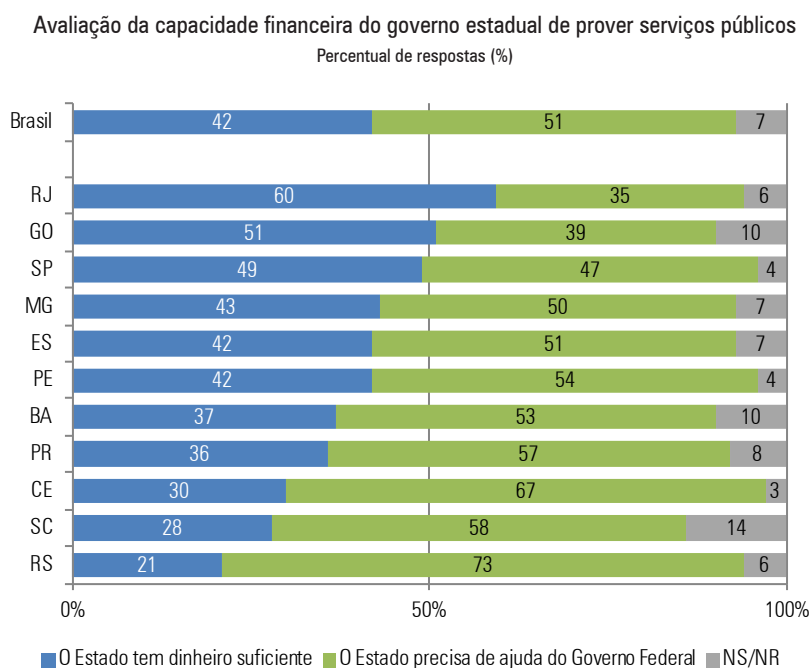
Percepção é que estados e municípios não tem recursos para prover serviços públicos adequados

A percepção de que a maior parcela da arrecadação tributária no país vai para o governo federal é reforçada com a percepção de que o estado não tem recursos suficientes para fornecer serviços públicos adequados. Essa é a opinião de 51% dos entrevistados.

A percepção de que o estado necessita de ajuda do governo federal é maior entre os residentes da Região Sul (64%). No Norte/Centro-Oeste, o percentual cai para 43%.

Entre os 11 estados selecionados, no Rio Grande do Sul, 73% da população acredita que o estado precisa da ajuda do governo federal. É o maior percentual entre as 11 unidades da federação. No Ceará é de 67% e em Santa Catarina 58%.

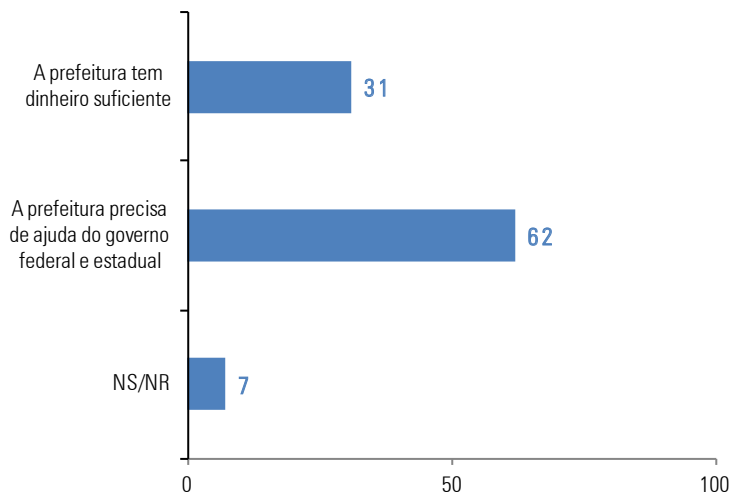
No Rio de Janeiro, 60% dos entrevistados acreditam que o estado não precisa da ajuda do Governo Federal e 35% acham que precisa. Em Goiás, 51% acham que o estado tem dinheiro suficiente e, portanto, não precisa de ajuda.



Para a população brasileira, a situação financeira dos municípios é mais delicada. Para 62% dos entrevistados, a prefeitura precisa do apoio do governo federal e/ou estadual para prover serviços públicos adequados à população. A população do Sul do país é a que mais acredita que as prefeituras precisam da ajuda dos governos estaduais e federal (71%).

Avaliação da capacidade financeira da administração municipal de prover os serviços

Percentual de respostas (%)



População reconhece que o governo federal apoia os governos estaduais e municipais, mas considera esse apoio insuficiente

Não só a população brasileira acredita que os estados e municípios precisam da ajuda do governo federal para prover serviços públicos adequados, como acredita que o governo federal ajuda menos do que deveria.

Cerca de 85% da população reconhece que o governo federal apoia os governos estaduais e municipais no provimento de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança pública e transporte urbano. 10% dos entrevistados não quiseram ou não souberam responder a pergunta e menos que 5% acreditam que o governo federal não ajuda os governos estaduais e/ou municipais.

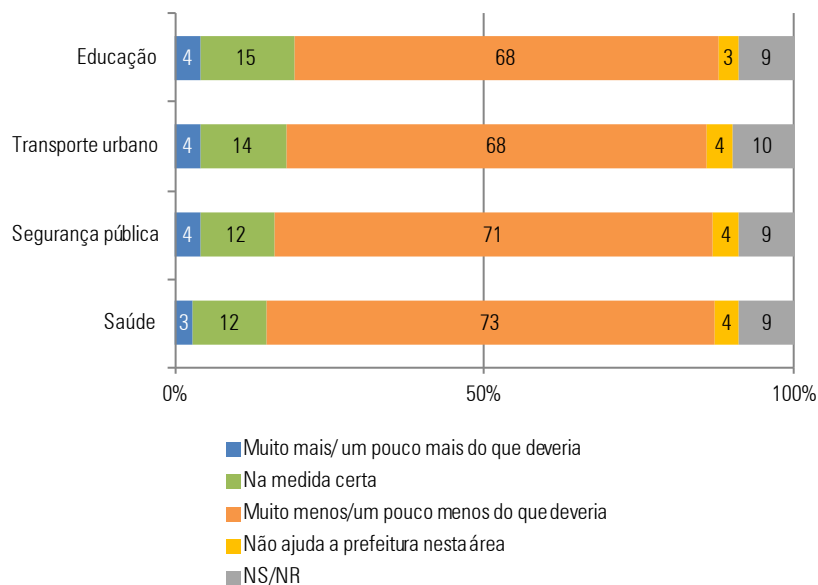
Ainda que reconheça o apoio, a população acredita que ele é insuficiente e deveria ser maior do que é. Essa é a opinião de cerca de 70% da população no que diz respeito ao apoio do governo federal às prefeituras. O mesmo percentual acredita que os governos estaduais também apoiam as prefeituras menos do que deveriam.

No caso do apoio do governo federal aos governos estaduais a percepção é similar. O percentual da população que acredita que o governo federal ajuda mais que deveria não passa de 5%, seja em saúde, educação, segurança pública ou transporte urbano.

Considerando as 11 unidades da federação selecionadas, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os estados com a população mais insatisfeita com o apoio do governo federal.

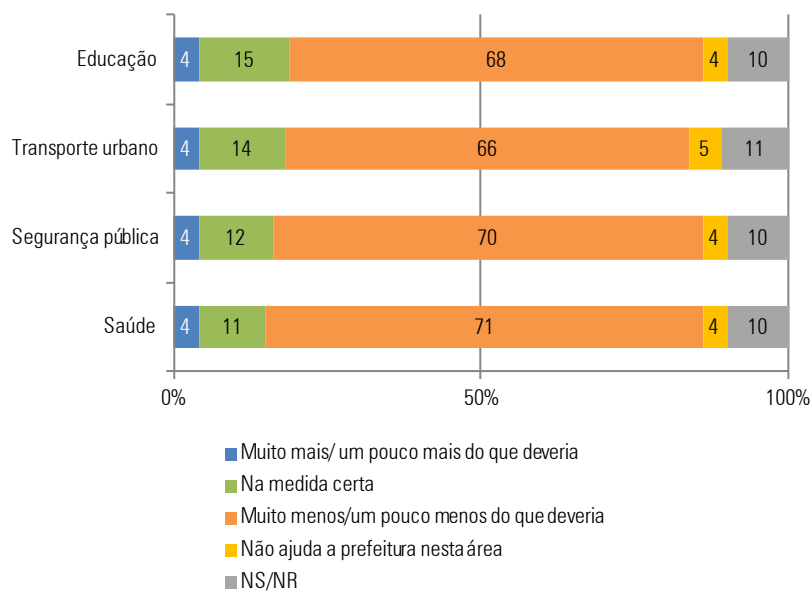
Apio do governo estadual à administração municipal

Percentual de respostas (%)



Apio do governo federal à administração municipal

Percentual de respostas (%)



No outro extremo, com o maior percentual de que a ajuda é mais que suficiente tem-se Rio de Janeiro e Ceará. Note-se que mesmo nestes estados, a maioria da população acredita que a ajuda é menor que deveria.

Na área de saúde, 83% dos gaúchos e o mesmo percentual de mineiros acham que o governo federal apoia menos que deveria o estado. Em seguida tem-se São Paulo, cujo percentual é de 79%. No Rio de Janeiro, 11% acham que a ajuda é mais que adequada e 16% que é adequada. No Espírito Santo, esses percentuais são 7% e 9%, respectivamente.

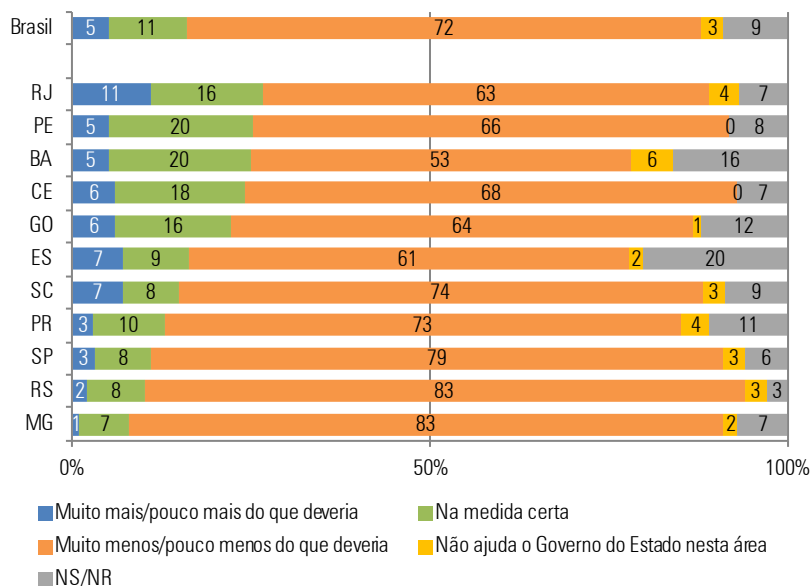
No quesito educação, 84% dos gaúchos acham o apoio menos que o adequado. Em seguida, entre os mais insatisfeitos, têm-se São Paulo (77%) e Santa Catarina (71%). Em Pernambuco, 10% acha que o apoio do governo federal é mais que adequado e 27% que é adequado. No Rio de Janeiro esses percentuais são 11% e 18%, respectivamente, e no Ceará, 7% e 21%, respectivamente.

No que diz respeito à segurança pública, 86% dos residentes no estado do Rio Grande do Sul estão insatisfeitos com o apoio do governo federal ao governo estadual. No *ranking* dos mais insatisfeitos seguem os mineiros (78%) e os paulistas (75%). Novamente o Rio de Janeiro apresenta o maior percentual dos que acreditam que o apoio é mais que adequado: 9%. Para 16% dos cariocas o apoio é adequado. No Ceará e na Bahia, 6% e 5%, respectivamente, acham o apoio mais que adequado e 18%, que é adequado.

Em transporte urbano, o estado do Rio Grande do Sul também apresenta o maior contingente de entrevistados que acreditam que o apoio é menor que o adequado: 79%. Em São Paulo, o percentual é de 74% e cai para 69% em Pernambuco. Aqui também o Rio de Janeiro aparece com o maior percentual de que o apoio é mais que adequado: 9%, sendo que 18% acham que é adequado. No Ceará esses percentuais são: 6% e 23%, respectivamente.

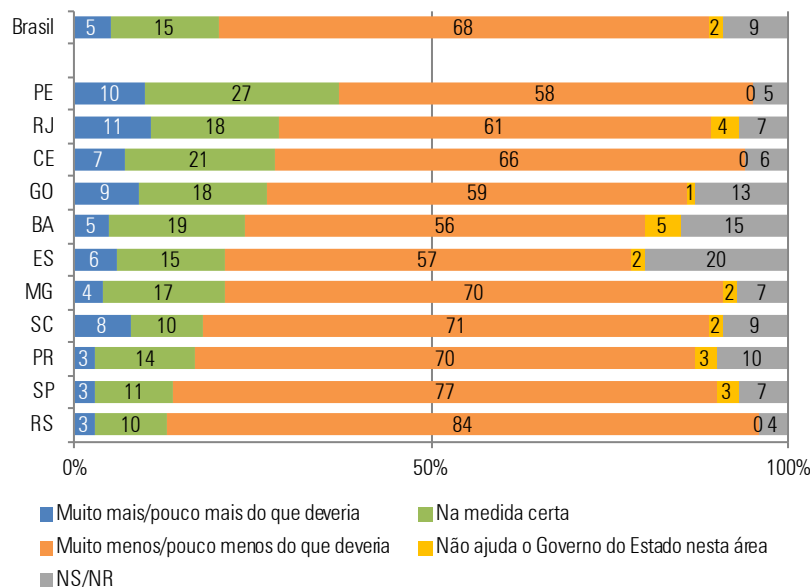
Apoio do governo federal ao governo estadual - Saúde

Percentual de respostas (%)



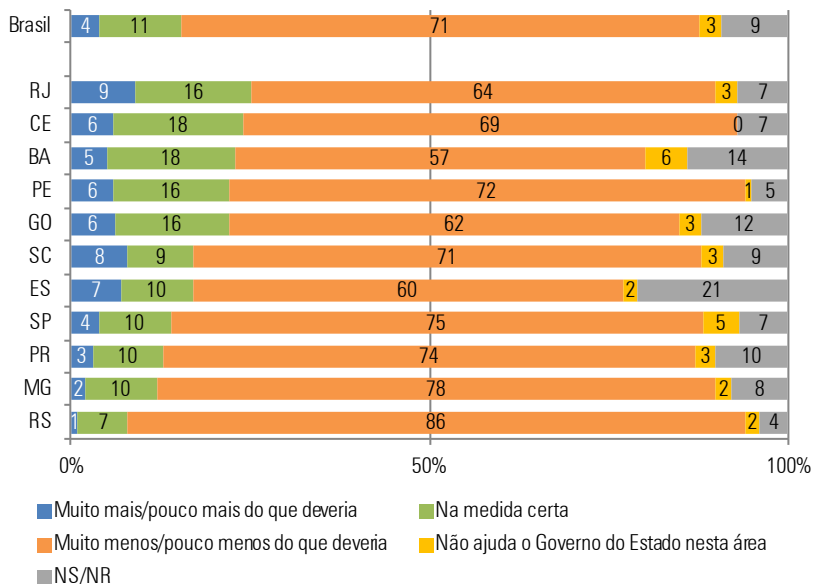
Apoio do governo federal ao governo estadual - Educação

Percentual de respostas (%)



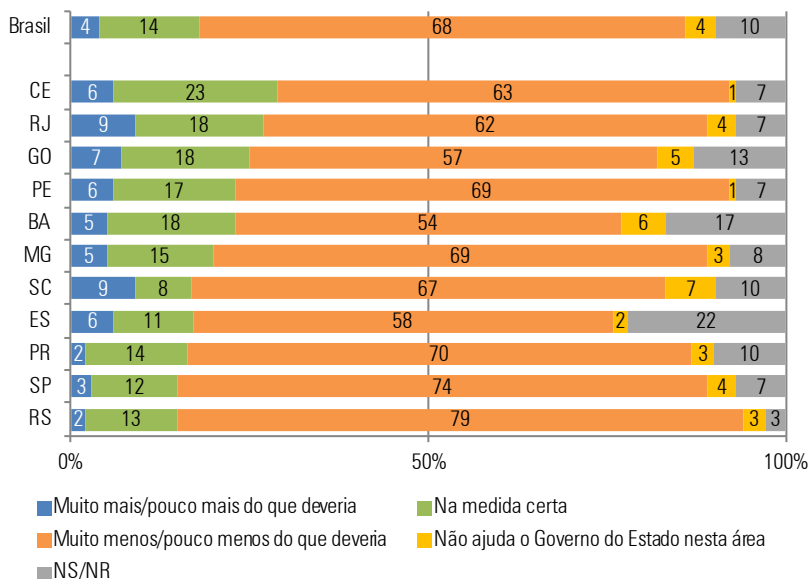
Apoio do governo federal ao governo estadual - Segurança pública

Percentual de respostas (%)



Apoio do governo federal ao governo estadual - Transporte urbano

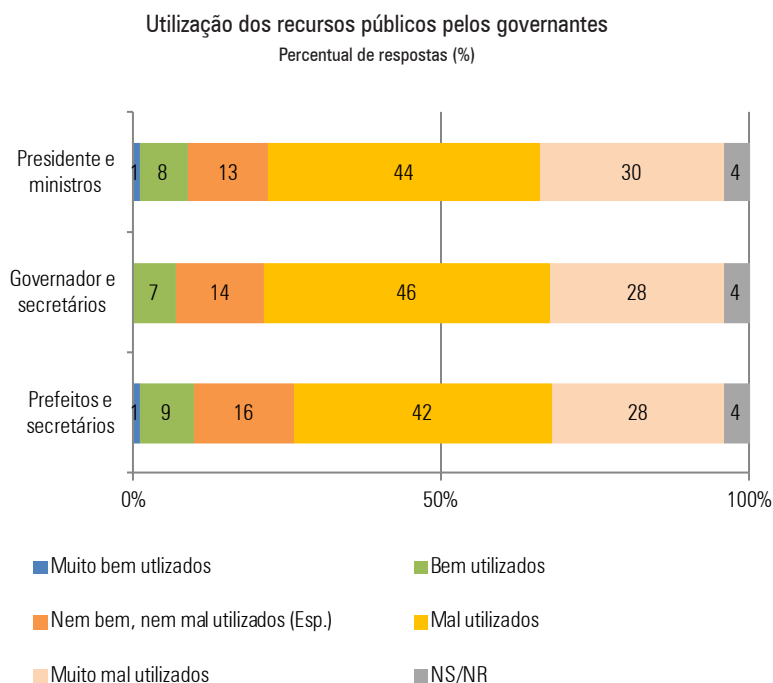
Percentual de respostas (%)



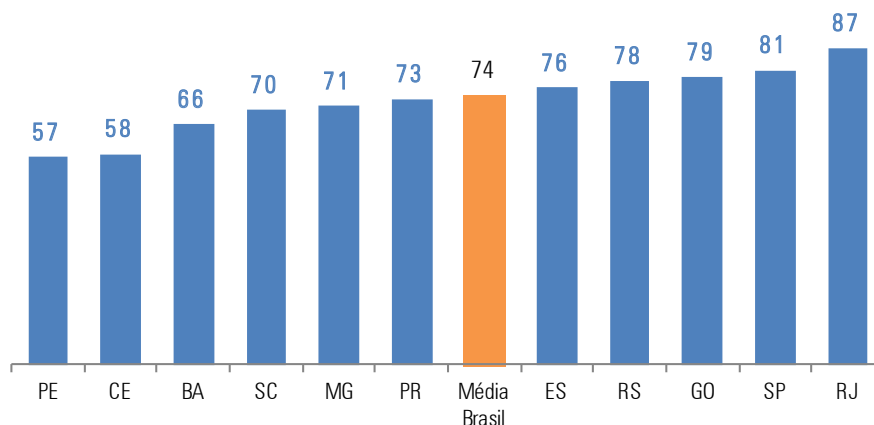
Brasileiro considera que os recursos públicos são mal utilizados por seus governantes

Ainda que a população reconheça que estados e municípios não recebam a maior parte dos tributos arrecadados e que o apoio do governo federal seja menos que o adequado, o senso comum é que os recursos são mal utilizados em todos os níveis de governo. No caso dos recursos públicos utilizados pela presidente e seus ministros, 74% da população acredita que são mal ou muito mal utilizados. Esse percentual é igual ao referente ao governador e seus secretários. No caso dos prefeitos e seus secretários, na média nacional, tem-se que 70% da população considera que os recursos são mal ou muito mal utilizados.

Considerando os 11 estados selecionados, o percentual da população que considera que o governador e seus secretários utilizam seus recursos mal ou muito mal varia de 57% e 58% em Pernambuco e Ceará, respectivamente, a 81% e 87%, em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.



Percentual que acredita que o governador e seus secretários utilizam os recursos públicos mal ou muito mal
Percentual de respostas (%)



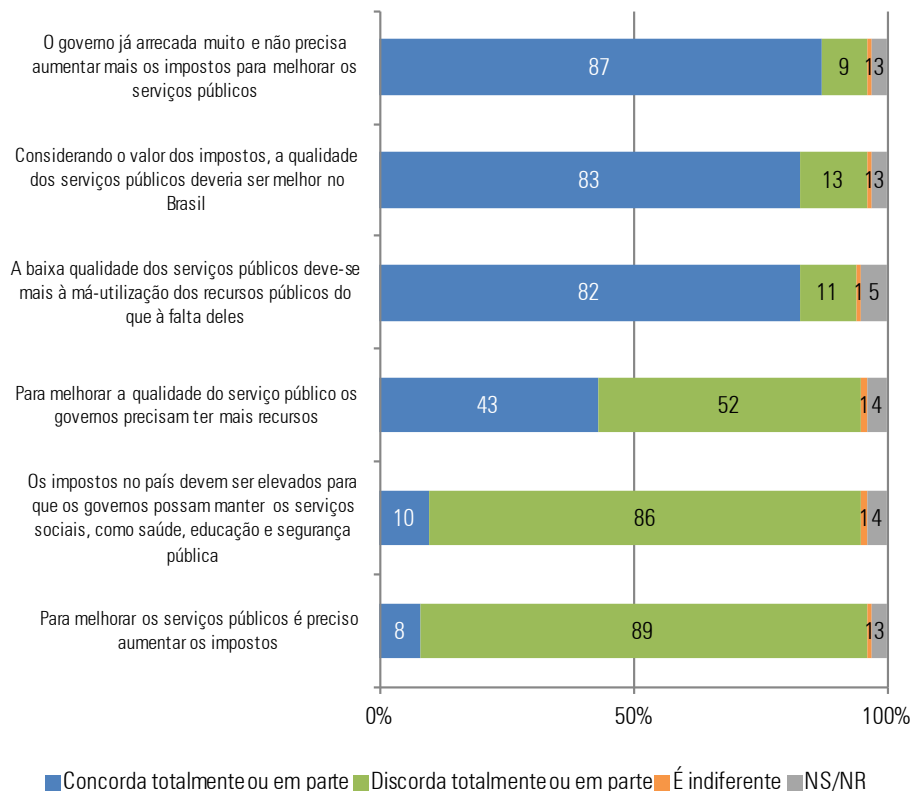
População acredita que os recursos públicos são mais que suficientes para que os serviços sejam de qualidade

A população brasileira acredita que os governos arrecadam o suficiente para prover serviços públicos de qualidade. 87% dos entrevistados concordam totalmente ou em parte com a afirmação que “o governo já arrecada muito e não precisa aumentar mais os impostos para melhorar os serviços públicos”. Para 83%, “considerando o valor dos impostos, a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor no Brasil”.

Note-se que 43% concordam totalmente ou em parte que “para melhorar a qualidade do serviço público, os governos precisam ter mais recursos”. Isso não significa que eles concordem que os impostos devam ser aumentados. De fato, 89% discordam total ou parcialmente da afirmação que “para melhorar os serviços públicos é preciso aumentar os impostos”; e 86% discordam total ou parcialmente que “os impostos no país devem ser elevados para que os governos possam manter os serviços sociais, como saúde, educação e segurança pública” – um aumento de 22 p.p. em relação ao percentual da pesquisa de 2011.

A população considera que o governo já arrecada o suficiente e como visto anteriormente, acha que estados e municípios precisam de mais recursos porque o grosso da arrecadação vai para o governo federal. Para a população, um dos problemas é a má utilização dos recursos pelos governantes. 82% concordam em parte ou totalmente com a afirmação “a baixa qualidade dos serviços públicos deve-se mais à má utilização dos recursos públicos do que à falta deles”.

Percentual que acredita que o governador e seus secretários utilizam os recursos públicos mal ou muito mal
Percentual de respostas (%)



Carga tributária é muito elevada

Para 91% dos entrevistados, os impostos pagos no Brasil são elevados ou muito elevados e para 90%, nos últimos anos, os impostos aumentaram. Ambos percentuais cresceram em relação aos apurados na pesquisa realizada em 2011, quando situaram-se em 87% e 79%, respectivamente.

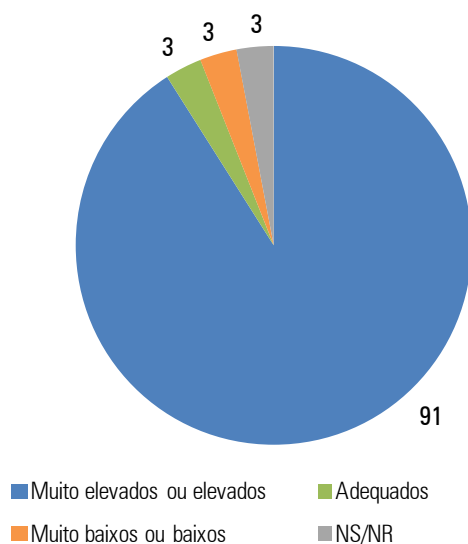
Para 32% dos respondentes, o imposto que mais impacta no orçamento familiar é o ICMS. Em segundo lugar tem-se o IPTU, escolhido por 15% dos entrevistados; e na sequência, o Imposto de Renda (9%) e o IPVA (8%). Note-se que 22% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder a questão.

Para 88% da população brasileira, o ICMS é elevado ou muito elevado. Considerando os 11 estados selecionados, o percentual cresce de 72% na Bahia e 76% em Santa Catarina para 94% no Paraná e 95% em São Paulo.

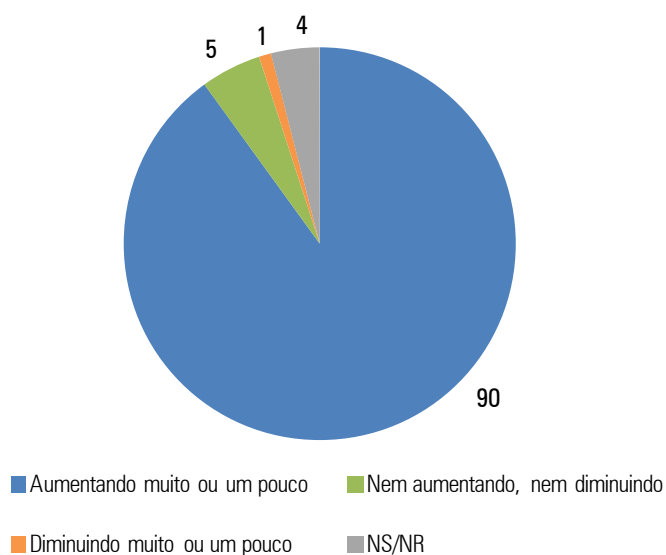
Na comparação com os demais estados, 42% acreditam que o ICMS de seu estado é maior. Para 30% da população, ele é igual ao ICMS dos demais estados e 23% não souberam ou não quiseram responder.

O percentual dos que consideram o ICMS de seu estado superior que dos demais sobe para 61% entre os paulistas e 50% entre os cariocas e gaúchos.

Avaliação da carga tributária brasileira
Percentual de respostas (%)

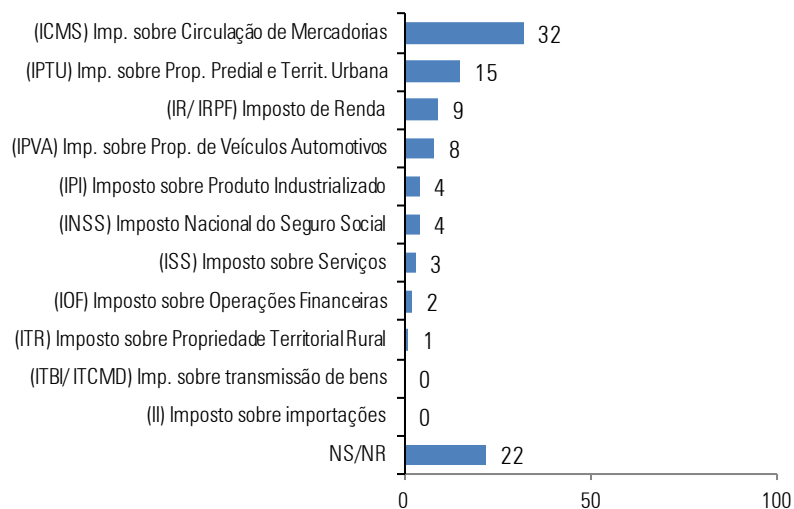


Percepção sobre o aumento dos impostos nos últimos anos
Percentual de respostas (%)



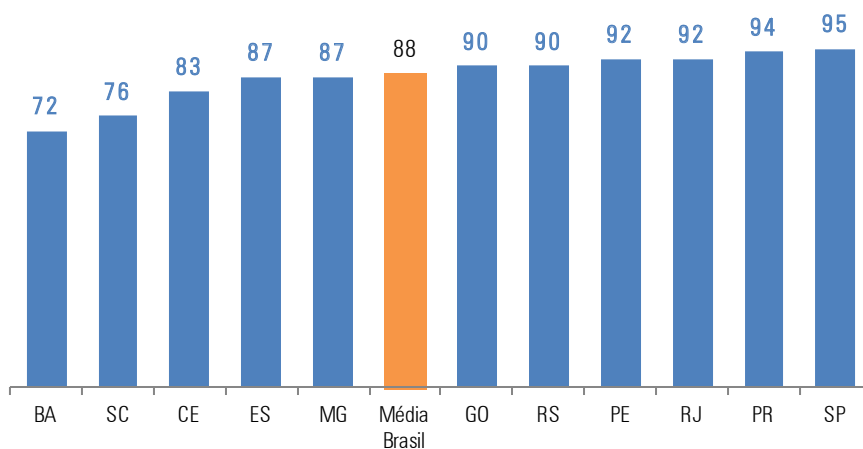
Imposto que mais impacta no orçamento familiar

Percentual de respostas (%)



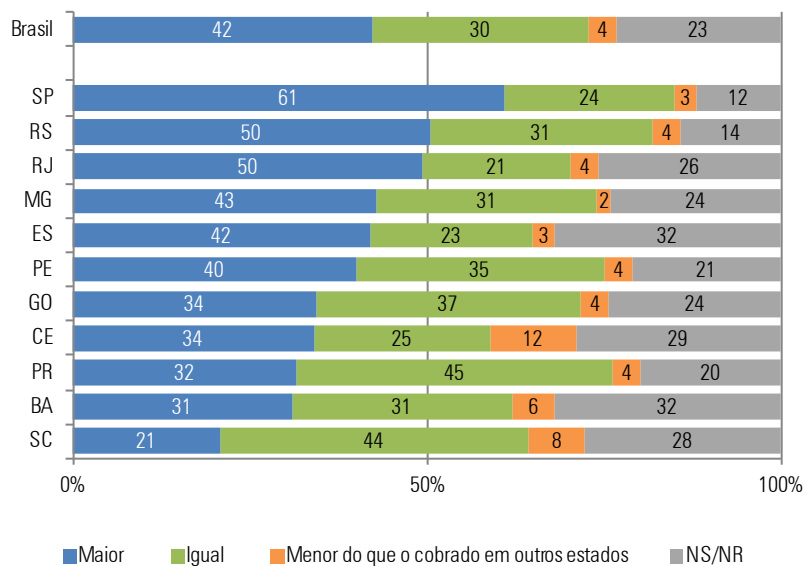
Percentual que considera o ICMS elevado ou muito elevado

Percentual de respostas (%)



ICMS do estado com relação ao dos demais estados

Percentual de respostas (%)



7 Especificações técnicas da pesquisa

Período de campo

De 9 a 12 de julho de 2013.

Universo

A pesquisa é realizada com eleitores de 16 anos ou mais da área em estudo. O universo de eleitores é estratificado. Com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima que juntos constituem apenas um estrato, cada um dos demais estratos é composto por apenas um estado brasileiro. Uma vez que o Estado possua Região Metropolitana, o seu universo é estratificado em Região Metropolitana e Interior.

Amostra

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios.

No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município.

No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores.

Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas abaixo.

Variáveis para cotas amostrais

- SEXO: Masculino e Feminino.
- GRUPOS DE IDADE: 16-17, 18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64 e 65 anos e mais.
- INSTRUÇÃO: Até 4ª série do fund.; 5ª a 8ª série do fund.; Ens. Médio; Superior.
- ATIVIDADE: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.
- FONTES DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DA AMOSTRA: Censo 2010 e TSE 2012.
- NÚMERO DE ENTREVISTAS: 7686 entrevistas em 434 municípios, sendo 2.002 entrevistas para amostra nacional, e complemento de 5.684 entrevistas em 11 Estados. Nos estados da Bahia (BA), Ceará (CE), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), Paraná (PR), Santa Ca-

tarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e Goiás (GO) foram feitas 602 entrevistas e, 812 entrevistas nos Estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG).

Posteriormente, para restabelecer o peso de cada estado, os resultados foram ponderados com os fatores descritos a seguir:

Estados	Entrevistas Realizadas	Entrevistas Proporcionais	Fator
Acre	14	14	1
Amazonas	28	28	1
Pará	70	70	1
Rondônia	14	14	1
Roraima	14	14	1
Tocantins	14	14	1
Alagoas	28	28	1
Bahia	602	140	0,2325581
Ceará	602	84	0,1395349
Maranhão	56	56	1
Paraíba	42	42	1
Pernambuco	602	84	0,1395349
Piauí	28	28	1
Rio Grande do Norte	28	28	1
Sergipe	14	14	1
Espírito Santo	602	42	0,0698
Minas Gerais	812	210	0,2586
Rio de Janeiro	812	168	0,2069
São Paulo	812	462	0,5690
Paraná	602	112	0,1860
Rio Grande do Sul	602	126	0,2093
Santa Catarina	602	70	0,1163
Distrito Federal	28	28	1
Goiás	602	70	0,1162791
Mato Grosso do Sul	28	28	1
Mato Grosso	28	28	1
Total	7.686	2.002	

- **MARGEM DE ERRO:** O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.
- **COLETA DE DADOS:** Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas são realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.
- **CONTROLE DE QUALIDADE:** Há filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas. Fiscalização em aproximadamente 20% dos questionários.

OBSERVAÇÃO: As perguntas cujas somas das porcentagens não totalizam 100% são decorrentes de arredondamentos ou de múltiplas respostas.

Perfil da amostra Brasil
Percentual de respostas (%)

Sexo	
Masculino	48
Feminino	52
Idade	
16 a 24	19
25 a 29	24
30 a 39	20
40 a 49	17
50 e mais	21
Grau de instrução	
Até 4ª série do fundamental	28
5ª a 8ª do fundamental	20
Ensino Médio	36
Superior	16
Região	
Norte/Centro-Oeste	11
Nordeste	29
Sudeste	44
Sul	15

Renda familiar (em salários mínimos)	
Mais de 10	2
Mais de 5 a 10	10
Mais de 2 a 5	34
Mais de 1 a 2	32
Até 1	14
Não respondeu	8
Condição do município	
Capital	28
Periferia	13
Interior	59
Porte do município (em número de habitantes)	
Até 20 mil	15
Mais de 20 a 100 mil	23
Mais de 100 mil	62

CNI

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade - GPC

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

Isabel Mendes de Faria

Edson Velloso

Analistas

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros

Diretor

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda - GEXPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza

Gerente-Executiva

Carla Regina P. Gadêlha

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Gerente-Executivo

Gerência de Documentação e Informação – GEDIN

Mara Lucia Gomes

Gerente de Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

IBOPE Inteligência

Elaboração da Pesquisa



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA